



DIRETO DA REDAÇÃO

ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA

Pardal para a entrada da Vila São Martin

Requerimento de iniciativa de todos os vereadores catarinenses propõe que, em caso de urgência, em regime de urgência, seja enviado um ofício à EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias, solicitando a colocação de um pardal ou lombada eletrônica na RS 122, km 5,3, na entrada da Vila São Martin.



Abusos por parte dos camelôs

Requerimento de iniciativa do Vereador catarinense Roque José Schröder, subscrito pelos demais vereadores, propõe que seja encaminhada ao prefeito a requisição para que o setor de fiscalização do município tenha um telefone móvel para atender as denúncias e chamados da população aos sábados e domingos, oportunidade que ocorrem os abusos por parte de camelôs e vendedores ambulantes, e que esse número seja divulgado em todos os meios de comunicação e também no site da prefeitura.

Daer pode passar o "pepino" para o Município

Na reunião, realizada na Câmara de Montenegro para buscar uma solução para os problemas da Rua Cízar Roes, surgiu a sugestão do Daer passar a atribuição da pavimentação da estrada para a prefeitura. Houve quem dissesse que, se isso de fato ocorrer, o Daer estará passando o problema para a municipalidade. O representante do Daer se retirou da sala antes que a reunião terminasse. Alegou que foi ofendido. (Foto: Acem Câmara)

Os cuidados com os empréstimos

A Câmara deve pensar em uma ação de conscientização de aposentados e pensionistas sobre os riscos de ausência de informações quanto da contratação de empréstimos conjugados. A proposição é da Vereadora Juci Paz. (Foto: Acem Câmara)



Quem é o fiscal da obra de revitalização das esquinas da Ramiro Barcelos?

Essa pergunta está sendo feita pelo Vereador Cristiano Brant, o Von. Ele enviou pedido de informação à prefeitura questionando ainda: qual o valor da obra? Qual a empresa que venceu a licitação? Existem problemas de execução da obra ficando a cargo de quem reformar? Empresa ou prefeitura? (Foto: Acem Câmara)

Prorrogação da CPI do Plano de Carreira

Foi aprovado o Requerimento 139/19, do Vereador Neri de Meilo Pena (PTB) - "Cabelo", que solicita a prorrogação por mais 90 dias dos trabalhos da "CPI do Plano de Carreira". O objetivo da CPI é investigar a responsabilidade na discrepância entre a estimativa de impacto previdenciário e financeiro e o resultado da efetiva implantação do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, instituído através da Lei Complementar n.º 6.228, de 27 de novembro de 2015. (Foto: Acem Câmara)



Críticas da prefeitura elogiam trabalho no interior

Os Vereadores Valdeci Alves de Castro e Felipe Kim Meneses, nos últimos meses, fizeram duras críticas ao estado de conservação das estradas do interior. Valdeci chegou a dizer que as patrulhas não abriam valetas e isso fazia com que a água ficasse acumulada na estrada. Na semana passada, porém, eles fizeram alguns elogios. Felipe lembrou que a prefeitura está melhorando as estradas.

Montenegrinos na Expointer

Durante os dias 28, 29, 30 e 31 de agosto, a 42ª Expointer recebeu a participação de projetos de alunos ligados às escolas rurais do município. Através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da Educação do Campo, os trabalhos ingressam no estande da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FEITAG/RS. (Foto: Acem)



Recursos da lei Pelé para Montenegro?

Questões como tratamento de esgoto; recursos da Lei Pelé; relação com Ministério Público e Tribunal de Contas; foram algumas das temáticas em pauta durante Assembleia Geral dos Prefeitos, que contou com a participação do Prefeito Eadu. "Criada com o intuito de dar mais transparência e profissionalismo ao esporte nacional, a Lei Pelé sustenta o fim do passe nos clubes de futebol do Brasil, institui o direito do consumidor nos esportes, disciplina a prestação de contas por dirigentes de clubes e a criação de ligas, federações e associações de vários esportes. Também determinou a profissionalização, com a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresa. Cria verbas para o esporte olímpico e paraolímpico. A lei também define os órgãos responsáveis pela fiscalização do seu cumprimento e determina a independência dos Tribunais de Justiça Desportiva". (Foto: Acem)

